

O preço da desintoxicação

Desde que o Plano Real começou a ser elaborado era sabido que seu êxito imporia custos aos segmentos da economia que haviam se acostumado à inflação e com ela ganhavam.

Como os narcóticos, a inflação vicia. A cura de um dependente é lenta, porque a brusca supressão da droga provoca crises. Da mesma forma, a brusca queda da inflação pode afetar, de maneira às vezes dramática, a vida dos que ganhavam com ela. E não eram poucos os que, na economia brasileira, estavam "viciados" em inflação.

Quem tinha alguma poupança podia ampliá-la aplicando no mercado financeiro, mesmo que por curtíssimos períodos. Empresas comerciais e industriais ganhavam muito mais no mercado financeiro do que em sua atividade principal. O governo ganhava porque conseguia manter sua receita relativamente bem protegida, com a indexação dos impostos, mas adia os pagamentos, cujo valor era corroído pela inflação. E os bancos ganhavam com o "float", o dinheiro de terceiros que ficava em seus cofres por pouco tempo sem render nada aos depositantes, mas que era aplicado pelos bancos. Os que incorporaram os ganhos inflacionários à sua renda normal passaram a enfrentar dificuldades financeiras depois do Plano Real.

Isso era previsível. Por isso, desde a elaboração do plano já se sabia que o Banco Central precisaria dispor de mais instrumentos para agir no sentido de evitar uma crise bancária, se e quando o plano resultasse na queda brusca da inflação. A política monetária rigorosa, que impôs um grande aperto financeiro sobre os bancos, somou-se aos efeitos da queda da inflação para dificultar ainda mais a vida de algumas instituições, o que tornou mais necessária a ação preventiva do Banco Central.

No entanto, foi preciso que a crise do Banco Econômico chegasse, em agosto último, ao ponto que chegou, quando já não era mais possível mantê-lo operando em condições normais, para que, só então, o governo começasse a pensar na criação de uma rede de proteção para o sistema e de instrumentos que tornassem mais efetiva a ação do Banco Central. Naquele momento, porém, instituições até então em situação financeira relativamente estável começaram a ser afetadas por rumores a respeito

de dificuldades para fechar diariamente seu caixa e tornaram-se vítimas de uma corrida, por parte de seus correntistas e aplicadores — no caso do Banco Nacional, essa corrida provocou um desequilíbrio patrimonial que se estima em torno de R\$ 4 bilhões.

Até agora não está perfeitamente claro de que ativos ainda dispõe o antigo Banco Nacional, depois que sua parte considerada saudável foi transferida para o Unibanco. Por isso, não se sabe que custos o processo de saneamento e liquidação da instituição imporá ao Banco Central ou ao Tesouro. Mas algum custo haverá. Será o custo da desintoxicação do sistema financeiro. Podemos esperar que não haja favorecimentos, pois, em todo o episódio, o governo tem agido com isenção.

De imediato, tanto o Unibanco como o antigo Nacional utilizarão recursos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), o primeiro para financiar a diferença entre ativos e passivos que está assumindo e também para bancar a reestruturação administrativa, e o segundo para cobrir o passivo junto ao Banco Central e os empréstimos que vinha tomando no sistema bancário para fechar seu caixa. Os recursos do Proer têm como origem os compulsórios que o sistema bancário mantém recolhidos no BC, em razão da política monetária; emprestados aos bancos, eles retornam à economia, o que significa emissão de moeda. Entre o risco de uma crise bancária e o eventual afrouxamento do controle da moeda, o Banco Central optou pelo mal menor.

A ação do Banco Central no caso Nacional foi considerada "habilidosa" pelo presidente da Febraban, Maurício Schulman, porque não criou nervosismo no mercado. Para o grande público, a novidade nesse caso, como observou Schulman, "é que, a partir de agora, fica claro que, quando houver problemas com bancos, se alguém tiver que perder será o acionista, não o cliente".

A solução para o caso Nacional é o primeiro teste das novas regras e dos novos instrumentos de que dispõe o Banco Central para atuar no sentido de prevenir uma crise bancária. Qualquer que seja o resultado desse teste, é preciso que, doravante, o Banco Central aja preventivamente, e a tempo, para que o sistema financeiro nacional possa reestruturar-se sem grandes sobressaltos.